

As confissões do FMI

12 de Agosto, 2016 - 14:03h

[Alejandro Nadal](#) ^[1]

O mais recente relatório do gabinete independente de avaliação do FMI (sobre a intervenção na Grécia, em Portugal e na Irlanda) apresenta um diagnóstico surpreendente sobre a incapacidade técnica do organismo mais responsável do sistema de pagamentos internacionais. Por Alejandro Nadal.

O Fundo Monetário Internacional procurou manter sempre a reputação de que as suas intervenções são baseadas em análises técnicas da melhor qualidade. Também pretendem manter uma política de transparência que proporciona maior legitimidade às suas ações. Por isso mantêm um Gabinete Independente de Avaliação (OIE), que leva a cabo análises sobre diversos aspetos da sua atividade. O OIE responde diretamente ao conselho de diretores executivos e o seu mandato está acima do da diretora-geral, Christine Lagarde.

O OIE, no seu mais recente relatório (disponível em ieo-imf.org ^[2]) apresenta um diagnóstico surpreendente sobre a incapacidade técnica do organismo mais responsável do sistema de pagamentos internacionais. O relatório concentra-se na gestão da crise na zona euro e nas intervenções do Fundo nas economias da Grécia, da Irlanda e de Portugal. Estes programas de resgate foram os primeiros casos de aplicação de programas de ajustamento em países desenvolvidos no quadro de uma união monetária. A experiência das intervenções do FMI na América Latina e no sudeste asiático não é mencionada no relatório, mas vale a pena não esquecer os seus efeitos nefastos ao longo dos últimos 20 anos.

O OIE destaca que os montantes envolvidos nas operações do FMI nesses três países europeus foram excecionais porque excederam os limites normais de 200 por cento do valor da quota [do país no FMI] para períodos de 12 meses ou de 600 por cento para a duração global do programa de intervenção. Em cada um dos três países o acesso a recursos do Fundo excedeu os 2.000 por cento da quota correspondente. Para o período 2011-2014, os fundos canalizados para estes três países representam mais de 80 por cento do total dos empréstimos feitos pelo FMI.

A intervenção do FMI nestes três países converteu-se numa operação ainda mais complexa porque foi realizada em colaboração com outras instituições: a Comissão da União Europeia em Bruxelas e o Banco Central Europeu. Estes organismos também exigiram a aceitação, pelos governos destes países, de programas condicionais e reformas estruturais adicionais.

O relatório do OIE critica o mau diagnóstico sobre a crise feito pelo Fundo. Enquanto se estava a dar o contágio do sistema financeiro norte-americano para o setor bancário europeu, os analistas do FMI continuaram presos ao pensamento tradicional sobre as origens da crise.

Pior ainda, o FMI nem sequer tinha planos de contingência para enfrentar uma crise sistémica no interior da união monetária pela simples razão de que a análise, dentro do organismo, excluía por hipótese a possibilidade desse tipo de acontecimento. A existência de défices externos na conta corrente de países da zona euro financiados por fluxos de capitais (de curto prazo) e a possibilidade desses fluxos puderem reverter era pura e simplesmente negada pelos pressupostos da análise macroeconómica do FMI. Isso explica a paralisia do Fundo perante os dados reais que demonstravam que a união monetária era uma economia doente ainda antes da crise.

Em 2006, o défice médio da conta corrente nos países da periferia da união monetária atingia os 8 por cento do PIB e o da Grécia ultrapassava os 12 por cento. Estes sinais alarmantes foram sistematicamente ignorados pelo FMI.

O Fundo também preferiu esquecer o facto fundamental de que a união monetária exclui quaisquer ajustamentos na paridade cambial e na política monetária. Nesse contexto, a crise mudou de pele: dos perigos que ameaçavam os bancos passou-se ao risco país nos mercados financeiros internacionais. O único ajustamento vem pela chamada desvalorização interna, que implica a brutal queda dos salários para alcançar preços competitivos nos mercados internacionais. Mas isso conduz à estagnação, a um crescimento exorbitante do nível de endividamento em relação ao PIB e a uma degradação do risco do país nos mercados internacionais. E se a isso se juntar a imposição de medidas de austeridade fiscal, leva ao aprofundamento e prolongamento da crise.

O OIE assinala, além disso, que para aplicar o plano de resgate da economia grega o Fundo teve que recorrer a exceções que violaram a regra de ouro do FMI sobre a redução efetiva do nível de endividamento. Os funcionários diretamente envolvidos mostraram grande criatividade para enganar os dirigentes máximos do Fundo.

Na realidade, o relatório do OIE ignora que o objetivo central da intervenção da troika não era salvar a economia grega ou a portuguesa, mas resgatar os bancos dos países credores do núcleo da zona euro. Essa também é a lição central da longa lista de intervenções do FMI na América Latina e na Ásia. O OIE procura transparência, mas no fundo, também está prisioneiro da síndrome do pensamento único, que sempre prevaleceu no FMI.

*Artigo de **Alejandro Nadal**, publicado no jornal mexicano La Jornada [3] a 3 de agosto de 2016. Tradução de Carlos Santos para esquerda.net*

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus

- [Wikifugas](#)
 - [Ficha Técnica](#)
-

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/confissoes-do-fmi/44030>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/autor/alejandro-nadal>

[2] <http://www.ieo-imf.org/ieo/pages/IEOHome.aspx>

[3] <http://www.jornada.unam.mx/2016/08/03/opinion/023a1eco?partner=rss>